

LUIZ RODRIGUES WAMBIER
EDUARDO TALAMINI

CURSO
AVANÇADO DE
PROCESSO CIVIL

TEORIA GERAL
DO PROCESSO

1

19ª edição
Revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILUSA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourí

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Chrisley Figueiredo

Adaptação de capa: Linotec

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Wambier, Luiz Rodrigues
Curso avançado de processo civil, volume 1 : teoria geral do processo
/ Luiz Rodrigues Wambier, Eduardo Talamini. -- 19. ed. rev., atual. e ampl.
-- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5614-081-0

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Talamini, Eduardo. II. Título.

20-37485

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Processo civil 347.9(81)
Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

SOBRE O MÉTODO E CONTEÚDO DESTE CURSO	7
APRESENTAÇÃO DA 19. ^a EDIÇÃO	9
APRESENTAÇÃO DA 16. ^a EDIÇÃO	11

PARTE I

NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO: UMA VISÃO PANORÂMICA DO DIREITO PROCESSUAL	33
1.1. Ser humano, sociedade, conflito e jurisdição	33
1.2. A evolução dos meios de solução de conflitos	34
1.3. Noções provisórias: ação, defesa, tutela jurisdicional, contraditório, procedimento e processo	35
CAPÍTULO 2. NORMA JURÍDICA PROCESSUAL	39
2.1. O direito processual no quadro geral do ordenamento jurídico	39
2.1.1. Normas de conduta (ou primárias) e normas estruturais (ou secundárias)	40
2.1.2. Direito material e direito processual	41
2.1.3. Direito privado e direito público	42
2.2. O grau de obrigatoriedade das normas processuais	44
2.2.1. Normas dispositivas e normas cogentes	44
2.2.2. Normas processuais cogentes e dispositivas	45
2.3. As posições subjetivas geradas pelas normas processuais	46
2.3.1. Classificação das posições jurídico-subjetivas	46
2.3.2. Ônus, deveres e estados de sujeição processuais	47
2.4. Relevância da identificação das normas processuais	49
2.4.1. Normas processuais civis: competência e espécies legislativas	49
2.4.2. Normas processuais civis e direito internacional	50
2.4.3. Normas processuais civis e direito intertemporal	50
2.5. Autonomia epistemológica do direito processual civil	52

2.6.	Constituição e Processo.....	53
2.6.1.	Supremacia e efetividade da Constituição	53
2.6.2.	A especialidade da relação entre direito constitucional e proces- sual.....	54
2.6.3.	Tutela constitucional do processo.....	54
2.6.4.	Jurisdição constitucional	55
CAPÍTULO 3. PRINCÍPIOS PROCESSUAIS.....		67
3.1.	Noções preliminares	67
3.2.	Princípios informativos e princípios fundamentais.....	68
3.2.1.	Princípios informativos.....	68
3.2.1.1.	Princípio lógico	68
3.2.1.2.	Princípio jurídico	69
3.2.1.3.	Princípio político.....	69
3.2.1.4.	Princípio econômico.....	69
3.2.2.	Princípios fundamentais.....	69
3.2.3.	Ainda é útil a categoria dos princípios informativos?	70
3.3.	Princípios fundamentais constitucionais e infraconstitucionais.....	71
3.4.	Inafastabilidade e universalidade da tutela jurisdicional	72
3.5.	Efetividade do processo	73
3.6.	Devido processo legal	73
3.7.	Ampla defesa.....	74
3.8.	Contraditório	74
3.9.	Imparcialidade	75
3.10.	Juiz natural	75
3.11.	Motivação (fundamentação) das decisões	76
3.12.	Publicidade	76
3.13.	Razoável duração do processo	77
3.14.	Proibição de provas ilícitas	77
3.15.	Assistência jurídica integral e gratuita.....	78
3.16.	Duplo grau de jurisdição.....	78
3.17.	Princípio da inércia inicial da jurisdição.....	79
3.18.	Impulso oficial.....	80
3.19.	Cooperação.....	80
3.20.	Oralidade.....	81
3.21.	Liberdade em face da jurisdição (inclusive liberdade negocial).....	82
3.22.	Fungibilidade.....	83
3.23.	Lealdade processual.....	84
3.24.	Proporcionalidade.....	84
3.25.	Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos.....	85

PARTE II
JURISDIÇÃO

CAPÍTULO 4. JURISDIÇÃO	111
4.1. Separação de poderes e jurisdição.....	111
4.2. A evolução até a solução jurisdicional dos conflitos.....	112
4.3. Conceito e características essenciais.....	114
4.3.1. Atividade sancionatória e não sancionatória.....	114
4.3.2. A identificação das normas jurídicas (lei, valor e fato)	115
4.3.3. Jurisdição e Administração Pública	115
4.3.4. Substitutividade (imparcialidade essencial).....	115
4.3.5. Imperatividade.....	116
4.3.6. Imutabilidade (reserva de sentença)	116
4.3.7. Inafastabilidade.....	117
4.3.8. Indelegabilidade.....	117
4.3.9. Inércia	117
4.3.10. Conceito-síntese	117
4.4. Divisão da jurisdição.....	118
4.4.1. Comum e especial.....	118
4.4.2. Civil e penal.....	118
4.4.3. Contenciosa e voluntária	118
4.4.4. Interna e externa.....	120
4.5. Métodos extrajudiciais de solução de conflitos.....	120
4.5.1. Autotutela	121
4.5.2. Autocomposição	121
4.5.3. Mediação e conciliação	122
4.5.4. Arbitragem	123
4.5.5. O processo administrativo	124
4.6. Limites da jurisdição	125
4.6.1. Limites internos	125
4.6.2. A coexistência do Estado na ordem internacional – Os tribunais supranacionais	126
4.6.3. Limites externos pessoais (“imunidades”).....	126
4.6.4. Limites externos objetivos (a “competência” internacional).....	126
4.6.4.1. “Competência” exclusiva.....	127
4.6.4.2. “Competência” concorrente	128
4.6.4.3. Convenção de foro internacional	128
4.6.4.4. A litispendência internacional	128
4.7. A jurisdição no Estado contemporâneo.....	129
CAPÍTULO 5. PODER JUDICIÁRIO: ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO.....	145
5.1. Judiciário e função jurisdicional.....	146
5.2. Organização judiciária e Constituição Federal	146

5.3.	Organização judiciária e Constituições Estaduais.....	147
5.4.	Órgãos do Poder Judiciário.....	147
5.5.	O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e o Superior Tribunal de Justiça.....	148
5.6.	Tribunais Regionais Federais e juízes federais.....	148
5.7.	Justiças especiais.....	149
5.7.1.	Justiça do Trabalho.....	149
5.7.2.	Justiça Eleitoral.....	150
5.7.3.	Justiça Militar.....	150
5.8.	Tribunais e juízes dos Estados.....	151
CAPÍTULO 6. COMPETÊNCIA.....		159
6.1.	Conceito.....	159
6.2.	Critérios para a determinação da competência.....	160
6.2.1.	Fontes normativas da competência.....	160
6.3.	A importância dos critérios.....	161
6.4.	Utilização dos critérios.....	161
6.5.	Critério territorial.....	162
6.6.	Critério funcional.....	166
6.7.	Critérios objetivos.....	167
6.7.1.	Valor.....	167
6.7.2.	Matéria.....	168
6.7.3.	Pessoa (<i>ratione personae</i>).....	169
6.8.	Competência relativa – Regime jurídico – Formas de impugnação.....	169
6.9.	Competência absoluta – Regime jurídico – Formas de impugnação.....	170
6.10.	Causas modificativas da competência.....	171
6.11.	Conexão e continência.....	171
6.12.	Prevenção.....	172
6.13.	Roteiro prático para a definição da competência.....	173
6.14.	Competência-competência.....	174
6.15.	Instrumentos de controle da competência.....	175
6.16.	Perpetuação da jurisdição.....	175
CAPÍTULO 7. COOPERAÇÃO JURISDICIONAL.....		193
7.1.	Cooperação internacional.....	193
7.1.1.	Noções gerais.....	193
7.1.2.	Princípios.....	194
7.1.3.	Requisitos.....	194
7.1.4.	Objeto da cooperação jurídica internacional.....	195
7.1.5.	Auxílio direto.....	195
7.1.6.	Carta rogatória.....	196

7.2.	Cooperação nacional	197
7.2.1.	Noções gerais.....	197
7.2.2.	Modalidades.....	198

PARTE III
AÇÃO E DEFESA

CAPÍTULO 8. DIREITO DE AÇÃO: NATUREZA E CONCEITO	207
8.1. Noção preliminar	207
8.2. Teorias sobre o direito de ação	208
8.2.1. Teoria imanentista ou civilista	208
8.2.2. A polêmica Windscheid x Mütther e o reconhecimento da independência da ação.....	209
8.2.3. A teoria da ação autônoma e concreta.....	209
8.2.4. A teoria da ação como direito potestativo	210
8.2.5. A teoria da ação como direito abstrato.....	210
8.2.6. A teoria eclética da ação: ação abstrata e condicionada	211
8.2.7. A concepção tradicionalmente adotada pelo direito positivo brasileiro.....	212
8.3. O exame crítico das diversas teorias	213
8.3.1. A insuficiência de cada teoria – A escalada de posições jurídicas ...	213
8.3.2. A extensão do art. 5.º, XXXV, da CF.....	214
8.4. Conceito analítico de ação	214
CAPÍTULO 9. ELEMENTOS DA AÇÃO	221
9.1. Elementos identificadores da ação.....	221
9.2. As partes	223
9.3. O pedido	223
9.4. A causa de pedir.....	224
CAPÍTULO 10. CONDIÇÕES DA AÇÃO	231
10.1. Noções gerais.....	231
10.1.1. A matriz constitucional do direito de ação.....	231
10.1.2. A regulação processual do exercício da ação.....	232
10.1.3. O sistema adotado pelo processo civil brasileiro.....	232
10.2. Interesse processual	233
10.2.1. Necessidade, utilidade e adequação	233
10.2.2. Interesse processual e possibilidade jurídica do pedido.....	234
10.2.3. Síntese.....	235
10.3. Legitimidade das partes (legitimidade para a causa).....	235
10.3.1. Legitimação ordinária	235

10.3.2.	Legitimação extraordinária (substituição processual e legitimidade extraordinária em sentido estrito)	236
10.3.3.	Síntese	237
10.4.	Exame crítico da teoria das condições da ação	237
10.4.1.	Limitação das condições da ação a aspectos propriamente processuais	237
10.4.2.	A condição da ação não é necessariamente aferida pela mera asserção do autor	238
10.4.3.	Conclusão	239
CAPÍTULO 11. CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES		251
11.1.	Noções gerais	251
11.2.	Classificação quanto ao tipo de providência jurisdicional pedida pelo autor	251
11.3.	Classificação das ações segundo a tutela requerida pelo autor no processo de conhecimento	252
11.3.1.	Ações declaratórias	252
11.3.2.	Ações constitutivas	253
11.3.3.	Ações condenatórias	254
11.3.4.	Ações mandamentais	255
11.3.5.	Ações executivas <i>lato sensu</i>	256
11.4.	Pluralidade de ações em um mesmo processo	257
CAPÍTULO 12. EXCEÇÃO (DEFESA DO RÉU)		265
12.1.	Bilateralidade da ação e do processo	265
12.2.	Conceito de exceção	266
12.3.	Características da exceção	267
12.4.	Natureza da exceção	267
12.4.1.	A exceção não é ação	267
12.4.2.	A defesa não é dever, mas direito e ônus	268
12.5.	Classificação das defesas	269
12.5.1.	Defesas materiais e defesas processuais	269
12.5.2.	Defesas dilatórias e peremptórias	269
12.5.3.	Defesas materiais diretas e defesas materiais indiretas	270
12.5.4.	Exceções em sentido estrito e objeções	270
PARTE IV		
PROCESSO		
CAPÍTULO 13. PROCESSO: CONCEITO E NATUREZA		281
13.1.	Procedimento	281
13.2.	Processo	282
13.3.	Processo jurisdicional	282
13.4.	Relação jurídica processual	282

CAPÍTULO 14. PROCESSO E PROCEDIMENTO E SUAS RESPECTIVAS MODALIDADES.....	291
14.1. A distinção entre processo e procedimento	291
14.2. A importância da distinção	293
14.3. As modalidades de tutela e os tipos de processo	295
14.3.1. Processo com fase principal de conhecimento (processo “sincrético”).....	296
14.3.2. Processo de execução.....	298
14.3.3. A eventual autonomia da fase urgente	299
14.4. Tipos de procedimento	300
14.4.1. Procedimento comum.....	300
14.4.2. Procedimentos Especiais.....	301
14.5. A plasticidade do procedimento	302
14.5.1. Alteração por convenção das partes.....	302
14.5.2. Adaptação pelo juiz: a flexibilidade do procedimento	302
CAPÍTULO 15. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS.....	317
15.1. Noções gerais.....	317
15.2. Pressupostos processuais de existência.....	318
15.2.1. Presença do autor (petição inicial)	318
15.2.2. Jurisdição	319
15.2.3. Presença (possibilidade de participação) do réu (“citação”).....	319
15.3. Pressupostos processuais de validade positivos.....	320
15.3.1. Petição inicial apta.....	320
15.3.2. Órgão jurisdicional competente e juiz imparcial	321
15.3.3. Capacidade de ser parte e capacidade de estar em juízo	322
15.4. Pressupostos processuais de validade negativos	323
15.4.1. Litispendência.....	323
15.4.2. Coisa julgada	323
15.5. Regime jurídico.....	324
15.6. A relevância da distinção entre pressupostos de existência e de validade.....	324
15.7. Os pressupostos de admissibilidade da tutela jurisdicional.....	325
15.8. Hipóteses que não constituem pressuposto processual	325
15.8.1. Convenção de arbitragem	325
15.8.2. Perempção	326
15.8.3. Capacidade postulatória: apenas reflexamente é pressuposto de existência	327
CAPÍTULO 16. PARTES, CAPACIDADE PROCESSUAL, REPRESENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA.....	335
16.1. Partes – Conceito.....	335
16.1.1. O momento da definição das partes.....	335
16.1.2. Parte e legitimidade para a causa	336

16.2.	Capacidade de ser parte	336
16.3.	Capacidade de estar em juízo.....	336
16.4.	Representação e assistência	337
16.5.	Capacidade como pressuposto processual	338
16.6.	Capacidade postulatória	339
CAPÍTULO 17. SUCESSÃO PROCESSUAL		349
17.1.	Noções gerais	349
17.2.	Sucessão das partes	349
17.3.	Sucessão x substituição	350
17.4.	O regramento da sucessão <i>inter vivos</i>	350
17.5.	Sucessão processual <i>causa mortis</i>	351
17.6.	Sucessão dos procuradores (advogados).....	352
CAPÍTULO 18. LITISCONSÓRCIO		359
18.1.	Conceito	359
18.2.	Justificativa	360
18.3.	Tipos de litisconsórcio, segundo diferentes modos de classificação	360
18.3.1.	Quanto à cumulação de sujeitos do processo	360
18.3.2.	Quanto ao tempo de sua formação	360
18.3.3.	Quanto à sua obrigatoriedade	361
18.3.4.	Quanto ao tratamento recebido pelos litisconsortes (ou quanto à natureza jurídica da situação material subjacente).....	361
18.4.	Litisconsórcio facultativo.....	362
18.4.1.	Litisconsórcio facultativo simples e unitário	363
18.4.2.	Hipóteses em que se pode formar o litisconsórcio (facultativo)	364
18.4.3.	A quem cabe a escolha pelo litisconsórcio	364
18.5.	Litisconsórcio necessário	365
18.5.1.	Hipóteses de necessidade	365
18.5.2.	Litisconsórcio necessário unitário e simples.....	366
18.6.	Consequências da não formação de litisconsórcio necessário	367
18.7.	Regime jurídico do litisconsórcio	368
18.8.	Limitação do número de litisconsortes facultativos	369
CAPÍTULO 19. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS		379
19.1.	Noções gerais	380
19.2.	Definição de terceiro	380
19.3.	Justificativa da intervenção de terceiro em processo pendente	380
19.4.	As espécies de intervenção de terceiros: classificação	381
19.4.1.	Intervenção espontânea e intervenção provocada	382
19.4.2.	Classificação conforme a posição jurídica assumida pelo terceiro ...	382
19.4.3.	Classificação conforme a ocorrência de ampliação do objeto do processo	382

19.5.	Assistência	383
19.5.1.	Assistência simples	383
19.5.1.1.	Os poderes do assistente simples.....	384
19.5.1.2.	A eficácia da assistência simples (“resultado da intervenção”)	385
19.5.2.	Assistência litisconsorcial	386
19.5.2.1.	Os poderes do assistente litisconsorcial.....	387
19.5.2.2.	Submissão à coisa julgada.....	388
19.5.3.	Cabimento formal.....	388
19.5.4.	Momento	388
19.5.5.	Processamento da assistência.....	389
19.6.	Denúnciação da lide.....	389
19.6.1.	Noção e finalidades.....	389
19.6.2.	Exemplos	390
19.6.3.	Estrutura – Posições processuais	391
19.6.4.	Hipóteses	391
19.6.4.1.	Evicção	391
19.6.4.2.	Demais hipóteses em que a lei ou contrato prevê direito de regresso	392
19.6.4.3.	A controvérsia quanto ao cabimento da denúnciação pela Administração Pública a seu agente	392
19.6.5.	Denúnciação sucessiva – Limites	393
19.6.6.	Inviabilidade de denúnciação “per saltum”	394
19.6.7.	Iniciativa	394
19.6.8.	Sede para a denúnciação	394
19.6.9.	Momento e via da denúnciação – Ônus de promover-se a citação ...	394
19.6.10.	Processamento e decisão final.....	395
19.7.	Chamamento ao processo	396
19.7.1.	Conceito	396
19.7.2.	Finalidade	397
19.7.3.	Sede para o chamamento	397
19.7.4.	Facultatividade: extensão do ônus.....	398
19.7.5.	Estrutura – Posições jurídicas.....	398
19.7.6.	Hipóteses	399
19.7.7.	Momento	399
19.7.8.	Processamento	399
19.7.9.	Efeitos e autoridade da sentença	400
19.8.	Incidente de desconsideração de personalidade jurídica	400
19.8.1.	Noção e finalidades.....	400
19.8.2.	Intervenção provocada – Legitimidade para a provocação	402
19.8.3.	Objeto e natureza do incidente	402

19.8.4.	Posição jurídico-processual do interveniente	403
19.8.5.	Cabimento formal e momento de instauração do incidente	403
19.8.6.	Pleito de desconsideração formulado na inicial	403
19.8.7.	Processamento e efeitos	403
19.8.8.	A decisão do incidente	404
19.8.9.	Os embargos de terceiro como remédio para impor a observância do incidente	406
19.9.	<i>Amicus curiae</i>	407
19.9.1.	Noção e finalidades	407
19.9.2.	A regra geral e a previsão em normas esparsas	408
19.9.3.	Cabimento formal e momento da intervenção	408
19.9.4.	Pressupostos objetivos	409
19.9.5.	Pressupostos subjetivos	409
19.9.6.	Irrecorribilidade da decisão sobre o ingresso de <i>amicus curiae</i>	410
19.9.7.	Os poderes do <i>amicus curiae</i>	410
19.9.8.	Não atingimento pela coisa julgada	411
19.9.9.	Ausência de modificação de competência	411
19.10.	Outras hipóteses de intervenção de terceiros	411
CAPÍTULO 20. JUIZ		439
20.1.	Noções gerais	439
20.2.	Poderes do juiz	442
20.2.1.	Poderes de polícia (ou “administrativos”)	442
20.2.2.	Poderes jurisdicionais	443
20.2.2.1.	Poderes ordinatórios (ou instrumentais)	443
20.2.2.2.	Poderes instrutórios	443
20.2.2.3.	Poderes de urgência	443
20.2.2.4.	Poderes finais	444
20.3.	Deveres do juiz	444
20.4.	Responsabilidade do juiz	445
20.4.1.	Responsabilidade penal	445
20.4.2.	Responsabilidade administrativa	445
20.4.3.	Responsabilidade civil	446
20.5.	Impedimento e suspeição	447
20.5.1.	Causas de impedimento	447
20.5.2.	Causas de suspeição	448
CAPÍTULO 21. AUXILIARES DA JUSTIÇA		463
21.1.	Noções gerais	463
21.2.	Regime jurídico	464

CAPÍTULO 22. MINISTÉRIO PÚBLICO	471
22.1. Noções gerais.....	471
22.2. O Ministério Público como parte no processo civil individual	472
22.3. O Ministério Público como fiscal da lei	472
22.4. A atuação do Ministério Público como <i>custos legis</i> – Regras gerais.....	473
22.5. Estrutura do Ministério Público	474
22.6. Princípios.....	474
CAPÍTULO 23. ADVOCACIA.....	489
23.1. A essencialidade do advogado para a jurisdição	489
23.2. Poder de postulação.....	490
23.3. Mandato (procuração).....	491
23.4. O órgão de classe: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	491
23.5. Os direitos, deveres e a responsabilidade do advogado.....	492
23.5.1. Direitos	492
23.5.2. Deveres	492
23.5.3. Responsabilidade	493
23.6. O regime único da advocacia privada e pública	493
23.7. Advocacia pública.....	493
23.7.1. Representação judicial das pessoas jurídicas de direito público	494
23.7.2. Intimação pessoal dos advogados públicos.....	494
23.7.3. Prazos em dobro para a Fazenda Pública	494
23.7.4. Responsabilidade civil dos advogados públicos.....	494
23.7.5. A responsabilização por violação dos deveres processuais.....	495
23.7.6. Honorários advocatícios	495
CAPÍTULO 24. DEFENSORIA PÚBLICA	505
24.1. Noções gerais.....	505
24.2. Atribuições.....	506
24.3. Responsabilidade	507
24.4. Prazos	507
24.5. Intimação.....	508
CAPÍTULO 25. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	515
25.1. Formação do processo	515
25.2. Suspensão do processo.....	516
25.2.1. Noções gerais. Distinção de outras figuras.....	516
25.2.2. Regime jurídico do processo durante a suspensão.....	517
25.2.3. Hipóteses de suspensão previstas no art. 313	518
25.2.3.1. Morte da parte	518
25.2.3.2. Perda da capacidade processual da parte	519

25.2.3.3.	Extinção de pessoa jurídica: suspensão apenas em hipóteses específicas	519
25.2.3.4.	Morte ou perda da capacidade do representante ou do procurador de qualquer das partes	520
25.2.3.5.	Convenção das partes	521
25.2.3.6.	Arguição de impedimento e suspeição do juiz.....	522
25.2.3.7.	Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) ou de julgamento de recursos especiais ou extraordinários repetitivos	523
25.2.3.8.	Questão prejudicial objeto de outro processo civil (prejudicialidade externa).....	524
25.2.3.9.	Fatos ou provas.....	525
25.2.3.10.	Motivo de força maior	526
25.2.3.11.	Discussão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo	526
25.2.3.12.	Fato delituoso (prejudicialidade externa penal).....	527
25.2.3.13.	Parto ou adoção	528
25.2.3.14.	Outros casos de suspensão	528
25.3.	Extinção do processo	529

PARTE V

ATOS PROCESSUAIS

CAPÍTULO 26.	ATOS PROCESSUAIS.....	543
26.1.	Conceito e espécies.....	543
26.1.1.	Panorama dos fatos e atos jurídicos em geral.....	544
26.1.2.	O enquadramento dos atos processuais	545
26.1.3.	Conceito de ato processual em sentido estrito	545
26.2.	Forma – O princípio da instrumentalidade.....	546
26.3.	O emprego da língua portuguesa	547
26.4.	Atos processuais por meio eletrônico	548
26.4.1.	O atual panorama.....	548
26.4.2.	O alcance da Lei 11.419/2006.....	549
26.4.3.	Regras aplicáveis aos processos que atualmente tramitam por meio físico	550
26.4.4.	Regras aplicáveis aos processos eletrônicos	552
26.5.	Publicidade	554
26.6.	Classificação dos atos dos sujeitos processuais	555
26.7.	Atos das partes	555
26.8.	Atos do juiz.....	558
26.8.1.	Sentença.....	559
26.8.2.	Decisão interlocutória.....	561

26.8.3. Despachos	562
26.9. Atos do escrivão ou chefe de secretaria.....	562
26.9.1. Atos materiais	562
26.9.2. Atos ordinatórios	563
26.10. Atos de terceiros.....	564
ÍTULO 27. NEGÓCIOS PROCESSUAIS	579
27.1. Conceito	579
27.2. A possibilidade de negócios processuais atípicos.....	580
27.3. Pressupostos dos negócios processuais.....	581
27.3.1. Pressupostos subjetivos	581
27.3.2. Pressuposto objetivo geral	582
27.3.3. Pressupostos objetivos específicos.....	583
27.4. Vedação ao abuso	583
27.5. O controle pelo juiz	584
27.5.1. Objeto do controle.....	584
27.5.2. Recorribilidade	584
27.6. Modalidades de negócios processuais e seus requisitos específicos	585
27.6.1. Pactos meramente procedimentais	585
27.6.1.1. Um primeiro exemplo: convenção de calendário processual	586
27.6.1.2. Segundo exemplo: cláusula de eleição de foro.....	586
27.6.1.3. Negócios procedimentais atípicos	587
27.6.2. Negócios jurídicos com objeto processual em sentido estrito	587
27.6.3. Convenções sobre o objeto da cognição judicial e o meio de prova ...	587
27.6.3.1. A delimitação consensual como ato de verdade.....	588
27.6.3.2. A delimitação consensual como ato de vontade	589
27.6.3.3. Os pactos sobre meio de prova	590
27.6.3.4. A coexistência das duas modalidades da definição consensual	590
27.6.3.5. Diferentes graus de vinculação da jurisdição, num caso e em outro.....	591
CAPÍTULO 28. A INVALIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS	601
28.1. Planos da existência jurídica, da validade e da eficácia.....	601
28.2. O critério para a classificação das invalidades processuais	602
28.2.1. O objetivo da teoria das invalidades processuais	603
28.2.2. A sanabilidade dos atos processuais.....	603
28.2.3. As modalidades de saneamento do ato processual: convalidação, irrelevância e suprimento	604
28.2.4. O critério de classificação das nulidades à luz das modalidades de saneamento	604

28.3.	Espécies	606
28.3.1.	Mera irregularidade	606
28.3.2.	Nulidade relativa	606
28.3.3.	Nulidade absoluta	606
28.3.4.	Inexistência jurídica	607
28.3.5.	Ressalvas terminológicas	608
28.4.	Diretrizes a respeito da invalidade dos atos processuais	609
CAPÍTULO 29. COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS		623
29.1.	Citação	623
29.1.1.	Conceito	623
29.1.2.	Efeitos da citação	624
29.1.2.1.	Induz litispendência	624
29.1.2.2.	Torna litigiosa a coisa	624
29.1.2.3.	Constitui em mora	625
29.1.3.	A interrupção do prazo da prescrição	625
29.1.4.	O comparecimento espontâneo do réu	626
29.1.5.	Hipótese especial de comunicação do processo ao réu	626
29.1.6.	A personalidade	628
29.1.7.	Local onde se realiza a citação	628
29.1.8.	Circunstâncias em que a citação não se realiza	629
29.1.9.	Classificação	630
29.1.9.1.	Citação real	630
29.1.9.1.1.	Citação pelo correio	630
29.1.9.1.2.	Citação por oficial de justiça	630
29.1.9.1.3.	Citação pelo escrivão ou chefe da secretaria	631
29.1.9.1.4.	Citação por meio eletrônico	631
29.1.9.2.	Citação ficta	632
29.1.9.2.1.	Citação por edital	633
29.1.9.2.2.	Citação com hora certa	634
29.1.10.	Nulidades	634
29.2.	Intimação	635
29.2.1.	Conceito	635
29.2.2.	Destinatário da intimação	635
29.2.3.	Modo	636
29.2.3.1.	Intimação eletrônica	636
29.2.3.2.	Intimação pela imprensa oficial	637
29.2.3.3.	Intimação mediante carga dos autos	638
29.2.3.4.	Intimação em audiência	638
29.2.3.5.	Intimação por oficial de justiça	638

29.2.3.6. Intimação pelo correio.....	638
29.2.3.7. Intimação por hora certa ou edital.....	639
29.2.3.8. Intimação pelo advogado da parte	639
29.3. Nulidades.....	639
CAPÍTULO 30. PRAZOS PROCESSUAIS.....	651
30.1. Devido processo legal, procedimento e prazo.....	651
30.2. Prazos processuais	652
30.3. Unidades de contagem dos prazos.....	653
30.4. Prazos legais, prazos judiciais e prazos convencionais	653
30.5. Prazos dilatórios e prazos peremptórios	654
30.6. Prazos próprios e prazos impróprios	655
30.7. Regras gerais quanto à contagem dos prazos	656
30.7.1. Definição do termo inicial do prazo para a prática de atos pelo advogado.....	656
30.7.2. Termo inicial quando há litisconsórcio	657
30.7.3. Termo inicial para a prática de atos pela parte ou de terceiro.....	657
30.7.4. Ausência de “prematividade” do ato processual.....	658
30.7.5. Exclusão do dia do início e inclusão do dia do fim.....	658
30.7.6. Início da contagem apenas em dia útil.....	658
30.7.7. Dia com horário de expediente forense anormal ou com indisponibilidade da comunicação eletrônica.....	658
30.7.8. Cômputo apenas dos dias úteis, nos prazos em dia	658
30.7.9. Termo final apenas em dia útil – Prorrogação para o primeiro dia útil subsequente.....	658
30.7.10. Hipóteses de prazo em dobro.....	659
30.7.11. Suspensão e interrupção de prazo.....	659
CAPÍTULO 31. PRECLUSÃO	669
31.1. Noções gerais.....	669
31.2. Espécies de preclusão	670
31.2.1. Preclusão temporal	670
31.2.2. Preclusão consumativa	670
31.2.3. Preclusão lógica	671
31.3. Preclusão e poderes do juiz.....	671
CAPÍTULO 32. CARTAS	679
32.1. Noções gerais.....	679
32.2. Espécies	680
32.3. Requisitos	681
32.4. Prazo	681
32.5. Intimação.....	681

32.6. Caráter "itinerante"	682
32.7. Modo de expedição	682
32.8. Cumprimento	682
OUTRAS OBRAS DOS AUTORES	687

LUIZ RODRIGUES WAMBIER

EDUARDO TALAMINI

CURSO
AVANÇADO DE
PROCESSO CIVIL

COGNIÇÃO JURISDICIONAL
(PROCESSO COMUM DE CONHECIMENTO
E TUTELA PROVISÓRIA)

2

19ª edição
Revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MIUSA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araujo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHMIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfoury

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Chrisley Figueiredo

Adaptação de capa: Linotec

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTRONOSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Wambier, Luiz Rodrigues
Curso avançado de processo civil volume 2 : cognição jurisdicional:
(processo comum de conhecimento e tutela provisória) / Luiz Rodrigues
Wambier, Eduardo Talamini. -- 19. ed. rev., atual. e ampl.-- São Paulo :
Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia
ISBN 978-65-5614-082-7

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Talamini, Eduardo. II. Título.
20-37488 CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Processo civil 347.9(81)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

SOBRE O MÉTODO E CONTEÚDO DESTE CURSO	7
APRESENTAÇÃO DA 19. ^a EDIÇÃO	9
APRESENTAÇÃO DA 16. ^a EDIÇÃO	11

PRIMEIRA PARTE

COGNIÇÃO JURISDICIONAL: NOÇÃO E ESPÉCIES

CAPÍTULO 1 – COGNIÇÃO JURISDICIONAL: INTRODUÇÃO	39
1.1. A cognição no quadro da jurisdição.....	39
1.2. Cognição e as demais modalidades de atuação jurisdicional	41
1.3. Objeto da cognição jurisdicional	42
1.4. Institutos fundamentais da cognição jurisdicional	42
1.5. Cognição e definição das normas jurídicas.....	43
CAPÍTULO 2 – MODALIDADES DE COGNIÇÃO	49
2.1. Introdução	49
2.2. Plano vertical: cognição exauriente e cognição superficial	50
2.3. Plano horizontal: cognição total e parcial	51
2.4. A conjugação das modalidades de cognição	51

SEGUNDA PARTE

PROCEDIMENTO COMUM DO PROCESSO DE CONHECIMENTO: FASE POSTULATÓRIA

CAPÍTULO 3 – O PROCEDIMENTO COMUM E SUAS FASES	57
3.1. Processo plurifásico	57
3.2. O procedimento comum	58
3.3. As fases do procedimento comum	58

CAPÍTULO 4 – PETIÇÃO INICIAL	63
4.1. Conceito	63
4.2. Elementos (“requisitos”)	64
4.2.1. Juízo a que é dirigida.....	65
4.2.2. Partes e suas qualificações	65
4.2.3. Causa de pedir.....	67
4.2.4. O pedido	69
4.2.5. O valor da causa	69
4.2.6. As provas que serão produzidas.....	70
4.2.7. Manifestação sobre a audiência de conciliação ou mediação...	71
4.2.8. Encerramento.....	71
4.3. Emenda à inicial	72
 CAPÍTULO 5 – PEDIDO	 81
5.1. Noções gerais.....	81
5.2. Certeza e determinação do pedido.....	82
5.3. Juros legais, correção monetária e verbas de sucumbência	83
5.4. Pedido genérico	85
5.5. Pedido de prestações sucessivas – Condenação para o futuro	86
5.6. Pedido cominatório	86
5.7. Pedido nas obrigações alternativas	87
5.8. Cumulação de pedidos.....	87
5.8.1. Cumulação simples de pedidos	88
5.8.2. Pedidos subsidiários (ou cumulação alternativa eventual)	89
5.8.3. Cumulação alternativa simples.....	90
5.8.4. Cumulação sucessiva eventual	90
5.9. Pedido e causa de pedir: limitadores da atividade jurisdicional.....	90
5.10. Aditamento ou alteração do pedido ou da causa de pedir.....	91
 CAPÍTULO 6 – INDEFERIMENTO DA INICIAL E REJEIÇÃO LIMINAR DO PEDIDO.....	 101
6.1. Indeferimento da inicial.....	101
6.1.1. Conflito entre princípios fundamentais.....	102
6.1.2. Hipóteses de cabimento.....	103
6.1.3. Natureza do pronunciamento e recurso cabível.....	105
6.1.4. Juízo de retratação na apelação.....	105
6.1.5. Intimação do réu, na ausência de recurso do autor.....	106
6.1.6. Indeferimento parcial da inicial.....	106
6.1.7. Indeferimento tardio da inicial	106
6.2. Improcedência liminar do pedido.....	107

6.2.1.	Improcedência liminar fundada em precedente.....	107
6.2.2.	Reconhecimento liminar de prescrição ou decadência	109
6.2.3.	Improcedência liminar e devido processo legal	110
6.2.4.	Natureza da decisão e recurso cabível.....	111
6.2.5.	Juízo de retratação.....	111
6.2.6.	Citação do réu para acompanhamento da apelação	111
6.2.7.	Comunicação do resultado do julgamento ao réu.....	112
6.2.8.	Rejeição liminar e parcial do pedido.....	113
6.3.	Aplicação geral.....	113
CAPÍTULO 7 – AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO		121
7.1.	Noções gerais	121
7.2.	Requisitos	122
7.3.	O cabimento de autocomposição.....	123
7.4.	Quem deve comparecer	124
7.5.	Procedimento.....	125
7.6.	Utilidade da audiência	127
7.7.	A atuação do conciliador e do mediador – Princípios que a norteiam	128
CAPÍTULO 8 – CONTESTAÇÃO.....		139
8.1.	Noção e princípios norteadores	139
8.1.1.	Concentração da defesa	139
8.1.2.	Eventualidade	140
8.1.3.	Forma da contestação.....	140
8.2.	Conteúdo da contestação.....	140
8.2.1.	Defesas preliminares	141
8.2.2.	Regime jurídico aplicável às preliminares.....	146
8.2.3.	Defesas de mérito	146
8.2.4.	Especificação de provas e outras providências.....	146
8.3.	Ônus da impugnação específica.....	146
8.4.	Prazo para o oferecimento	147
CAPÍTULO 9 – RECONVENÇÃO.....		159
9.1.	Conceito	159
9.2.	Autonomia da reconvenção	160
9.3.	Pressupostos objetivos.....	160
9.3.1.	Conexão com a ação principal ou com o fundamento da defesa	160
9.3.2.	Competência	161
9.3.3.	Identidade procedimental.....	162

9.4.	Legitimidade	163
9.5.	Procedimento.....	165
9.6.	Reconvenção da reconvenção	166
CAPÍTULO 10 – REVELIA.....		173
10.1.	Conceito	173
10.1.1.	Revelia em sentido estrito.....	173
10.1.2.	Revelia imprópria (aplicação do regime jurídico da revelia)...	174
10.2.	Efeitos da revelia	175
10.2.1.	Presunção de veracidade dos fatos narrados na inicial	175
10.2.2.	Julgamento antecipado do mérito.....	175
10.2.3.	Desnecessidade de intimações do revel	176
10.2.4.	Inocorrência de questão prejudicial apta a fazer coisa julgada	176
10.3.	Efeitos nos casos de equiparação à revelia	176
10.4.	Inocorrência do efeito principal da revelia	177
10.4.1.	Contestação por litisconsorte passivo (art. 345, I)	177
10.4.2.	Ação sobre direitos indisponíveis (art. 345, II).....	178
10.4.3.	Ausência de instrumento substancial (art. 345, III).....	178
10.4.4.	Fatos incompatíveis com os elementos dos autos ou improváveis ou inverossímeis (art. 345, IV)	178
10.4.5.	Réu preso e citação ficta (curador especial).....	179
10.4.6.	Substituição do assistido pelo assistente.....	179
10.4.7.	Decorrências	179
10.5.	Comparecimento posterior do revel	180

TERCEIRA PARTE

SANEAMENTO DO PROCESSO

CAPÍTULO 11 – PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E SANEAMENTO.....		191
11.1.	Noções gerais	191
11.2.	Hipóteses em que deve haver providências preliminares – Elenco não exaustivo.....	191
11.3.	Providências preliminares tipificadas no art. 348 e seguintes.....	193
11.3.1.	Especificação de provas, no caso de ausência do efeito principal da revelia	193
11.3.2.	Defesa material indireta e réplica.....	195
11.3.3.	Defesa preliminar e réplica	196
11.3.4.	Correção de vícios	196

CAPÍTULO 12 – JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	201
12.1. Sentido do instituto	201
12.2. Extinção sem julgamento de mérito	202
12.3. Decisão de parcial impossibilidade de julgamento do mérito	203
12.4. Julgamento “antecipado” do mérito.....	203
12.4.1. Hipóteses de ocorrência	204
12.4.2. Terminologia	205
12.4.3. Natureza e recorribilidade do pronunciamento	206
12.5. Julgamento “antecipado” parcial do mérito	206
12.5.1. Hipóteses de ocorrência	206
12.5.2. Natureza, eficácia e estabilidade da decisão de julgamento parcial do mérito	207
12.5.3. Honorários de sucumbência	208
12.6. Saneamento e organização do processo	208
12.6.1. Hipótese de ocorrência.....	208
12.6.2. Terminologia	209
12.6.3. Eficiência e duração razoável do processo	209
12.6.4. Conteúdo	209
12.6.5. A audiência de saneamento compartilhado	211
12.6.6. Delimitação consensual de questões controvertidas e negócios processuais por ocasião do saneamento.....	212
12.7. A estabilidade do julgamento conforme o estado do processo.....	212

QUARTA PARTE

PROVAS

CAPÍTULO 13 – TEORIA GERAL DAS PROVAS.....	227
13.1. Direito, fato e prova	227
13.2. Prova e verdade no processo civil	230
13.3. Os significados de “prova”: atividade, meio e resultado	231
13.4. Os sujeitos da prova.....	231
13.4.1. O juiz como destinatário da prova.....	231
13.4.2. Irrelevância da autoria da prova (princípio da comunhão da prova).....	232
13.4.3. Os poderes instrutórios do juiz	232
13.4.4. O sistema da persuasão racional (livre convencimento moti- vado)	234
13.4.5. O direito das partes à prova	235
13.4.6. A garantia do contraditório – Necessidade da prova nos autos	236

13.4.7.	Dever e ônus de colaborar com a instrução probatória	237
13.4.8.	Ônus da prova	238
13.4.8.1.	A categoria geral do ônus	238
13.4.8.2.	O conceito de ônus da prova	238
13.4.8.3.	As funções do ônus da prova	239
13.4.8.4.	Ônus da prova é imperfeito	240
13.4.8.5.	A distribuição legal do ônus da prova	240
13.4.8.6.	A (re)distribuição dinâmica do ônus da prova	242
13.4.8.7.	A redistribuição convencional do ônus da prova	243
13.5.	Objeto da prova	244
13.5.1.	Afirmações de fatos	244
13.5.2.	A excepcional exigência de prova do direito	244
13.6.	Ainda o objeto da prova: fatos relevantes, controversos e determinados ...	245
13.6.1.	Fato relevante	245
13.6.2.	Fato controvertido	246
13.6.3.	Fato notório	247
13.6.4.	Fato determinado	248
13.6.5.	Fato negativo e negativa de fatos: a prova da negação	248
13.7.	Meios de prova	249
13.7.1.	A distinção entre o meio da prova e o seu resultado	249
13.7.2.	A admissibilidade dos meios de prova – Meios típicos e atípicos	250
13.7.3.	Ausência de hierarquia entre os meios de prova – Exceções ...	251
13.8.	As regras sobre a forma dos atos jurídicos: direito material	252
13.9.	Prova emprestada	253
13.10.	Prova ilícita	254
13.11.	Indícios, máximas da experiência e presunções absolutas e relativas	256
13.12.	Procedimento probatório	258
13.12.1.	As fases do procedimento probatório	258
13.12.2.	A proposição da prova	258
13.12.3.	A admissão da prova	259
13.12.4.	Produção da prova	260
13.12.5.	Alteração da ordem probatória	260
CAPÍTULO 14 – DEPOIMENTO PESSOAL E CONFISSÃO		277
14.1.	Depoimento pessoal	277
14.1.1.	Conceito	277
14.1.2.	Sujeitos	278
14.1.3.	Características: pessoalidade e indelegabilidade	278
14.1.4.	Possíveis consequências do depoimento pessoal	279
14.1.5.	Diferenças dos outros meios de prova	280

14.1.5.1. Em relação ao meio testemunhal.....	280
14.1.5.2. Em relação ao meio pericial.....	280
14.1.6. Depoimento pessoal e interrogatório.....	281
14.1.7. Legitimidade para requerer o depoimento pessoal – O requerimento de depoimento próprio	282
14.1.8. Modo de produção	283
14.1.8.1. A formulação de perguntas.....	283
14.1.8.2. O modo de resposta.....	284
14.1.8.3. Depoimento pessoal de parte residente fora da comarca (carta e videoconferência).....	284
14.1.9. Consequência do não comparecimento e da recusa em responder.....	285
14.1.10. Justa recusa de responder	286
14.2. Confissão	287
14.2.1. Conceito, natureza e valor.....	287
14.2.2. Diferenças de outras figuras	288
14.2.3. Pressupostos de validade e eficácia.....	289
14.2.4. Outros limites à eficácia da confissão	291
14.2.5. Classificação.....	292
14.2.6. Características.....	293
14.2.6.1. Indivisibilidade	293
14.2.6.2. Vedação ao conteúdo inovativo	293
14.2.6.3. Irrevogabilidade	294
14.2.6.4. Anulabilidade	294
14.2.7. Confissão por representante	295
14.2.8. Confissão real e ficta	295
CAPÍTULO 15 – PROVA DOCUMENTAL	305
15.1. Conceito	305
15.2. Suporte e conteúdo do documento (fato representativo e fato representado)	307
15.3. Autoria.....	307
15.4. Classificação	308
15.5. Força probante dos documentos.....	309
15.5.1. Autenticidade do documento	310
15.5.2. Documentos públicos.....	310
15.5.3. Documentos particulares.....	311
15.5.4. Telegrama, radiograma, cartas, registros domésticos, notas do credor e livros empresariais.....	312
15.5.5. Força probante das reproduções.....	312
15.5.6. Perda da eficácia probatória.....	314

15.6. Instrumento substancial	314
15.7. Indivisibilidade	315
15.8. Documento estrangeiro	315
15.9. Produção da prova documental	315
15.10. Documento eletrônico	317
15.11. Ata notarial	319
CAPÍTULO 16 – PROVA TESTEMUNHAL	327
16.1. Conceito	327
16.2. A testemunha e outros partícipes do processo: distinções	328
16.3. Limites subjetivos da prova testemunhal	329
16.3.1. Capacidade para testemunhar	329
16.3.2. Suspeição da testemunha	329
16.3.3. Impedimento da testemunha	330
16.3.4. O juiz da própria causa como testemunha	331
16.3.5. O depoimento como “informante”	331
16.4. Limites objetivos da prova testemunhal	331
16.4.1. Fato relevante	331
16.4.2. Fato perceptível sensorialmente	332
16.4.3. Fato relacionado com a experiência comum, que não envolva juízo técnico	332
16.4.4. Fato não confessado nem documentalmente comprovado	333
16.4.5. Fato que não exija prova documental	333
16.5. Deveres e direitos da testemunha	334
16.6. Procedimento da prova testemunhal	336
16.6.1. Proposição da prova testemunhal	336
16.6.2. Deferimento da prova testemunhal	336
16.6.3. Apresentação de rol de testemunhas	336
16.6.4. Local e momento de produção da prova testemunhal	338
16.6.5. Ordem de oitiva das testemunhas	338
16.6.6. Qualificação da testemunha e possível contradita	339
16.6.7. Prestação de compromisso	339
16.6.8. Ordem e limites das perguntas	339
16.6.9. Documentação do depoimento	340
16.6.10. Forma do depoimento	340
16.6.11. Acareação	341
16.6.12. Oitiva de testemunha referida	341

CAPÍTULO 17 – PROVA PERICIAL.....	349
17.1. Conceito	349
17.2. Classificação	351
17.3. Cabimento	352
17.4. O perito.....	352
17.4.1. Cadastro de peritos e de órgãos técnicos e científicos.....	353
17.4.2. Preferência por estabelecimento oficial, nas perícias médico-legal e de falsidade documental.....	353
17.4.3. As listas periciais nas varas ou secretarias	354
17.4.4. Suspeição e impedimento do perito.....	354
17.4.5. Perícia que exija conhecimentos multidisciplinares	354
17.4.6. Escusa e responsabilidade	355
17.5. Perito consensual.....	356
17.6. Honorários do perito	357
17.7. Assistente técnico	358
17.8. Procedimento.....	359
17.8.1. Momento de proposição.....	359
17.8.2. Prazo para conclusão.....	359
17.8.3. Conduta das partes posterior à nomeação do perito	359
17.8.4. Quesitos periciais	359
17.8.5. Diligências periciais	360
17.8.6. Contraditório na produção da prova pericial.....	360
17.8.7. Entrega do laudo e esclarecimentos posteriores.....	360
17.8.8. Segunda perícia	361
17.8.9. Perícia por carta	361
17.9. O laudo	361
17.10. Força probante da perícia	362
CAPÍTULO 18 – INSPEÇÃO JUDICIAL	369
18.1. Conceito	369
18.2. Objeto	370
18.3. Cabimento	371
18.4. A garantia do contraditório.....	372
18.5. Documentação.....	373
CAPÍTULO 19 – AÇÕES PROBATÓRIAS	377
19.1. Ações probatórias e direito autônomo à prova.....	378
19.2. Produção antecipada de prova	379
19.2.1. Natureza jurídica.....	379
19.2.2. Funções (hipóteses de cabimento)	379

19.2.3.	O empréstimo da prova produzida antecipadamente.....	381
19.2.4.	Aplicabilidade a todos os meios de prova	381
19.2.5.	Competência	382
19.2.6.	Legitimidade	382
19.2.7.	Intervenção de terceiros	383
19.2.8.	O contraditório na produção antecipada	384
19.2.9.	As regras do procedimento probatório	384
19.2.10.	A decisão final – Efeitos, recorribilidade e estabilidade	385
19.2.11.	O destino dos autos e o emprego da prova depois do fim do processo	385
19.3.	Exibição de documentos.....	386
19.3.1.	Exibição incidental e exibição autônoma	386
19.3.2.	Documento ou “coisa”	386
19.3.3.	Fundamentos do dever de exhibir o documento.....	387
19.3.4.	A distinção entre a exibição de documento pela parte e por terceiro	387
19.3.5.	Legitimidade	387
19.3.6.	Procedimento do pedido de exibição dirigido à parte.....	388
19.3.7.	Procedimento do pedido de exibição dirigido ao terceiro	389
19.3.8.	O ônus da prova	389
19.3.9.	Ausência do dever de exibição.....	389
19.3.10.	Consequências da indevida recusa de exibição pela parte	391
19.3.11.	Consequências da indevida recusa de exibição por terceiro....	392
19.3.12.	Natureza do incidente e de sua decisão final – Recorribilidade	393
19.4.	Arguição de falsidade	393
19.4.1.	Falsidade material e falsidade ideológica.....	393
19.4.2.	Objeto e função da arguição de falsidade.....	394
19.4.3.	Natureza – A eventual formulação de ação declaratória incidental	395
19.4.4.	Sede e fase de cabimento	396
19.4.5.	Momento.....	396
19.4.6.	Legitimidade e interesse processual.....	397
19.4.7.	Competência	397
19.4.8.	Forma do requerimento de arguição.....	397
19.4.9.	A participação do arguido.....	398
19.4.10.	Ônus da prova da falsidade.....	399
19.4.11.	A prova pericial	399
19.4.12.	A retirada do documento dos autos	399
19.4.13.	A resolução da arguição: natureza, efeitos e autoridade.....	401

CAPÍTULO 20 – AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	413
20.1. Conceito	413
20.2. Características.....	414
20.3. Atos que antecedem a audiência	415
20.4. Fases da audiência	417
20.4.1. Abertura (art. 358 do CPC/2015)	417
20.4.2. Tentativa de conciliação	417
20.4.3. Instrução	418
20.4.4. Debate	419
20.4.5. Decisão.....	420
20.4.6. Documentação	421
20.5. Adiamento da audiência	421

QUINTA PARTE

SENTENÇA

CAPÍTULO 21 – SENTENÇA.....	429
21.1. Conceito	429
21.2. Sentença (como ato de primeiro grau) e acórdão com conteúdo e efeitos de sentença	431
21.3. Sentença e mérito da causa	431
21.4. Sentenças processuais (sentenças terminativas).....	432
21.4.1. Sentenças processuais de inadmissibilidade da tutela jurisdicional	432
21.4.2. Sentença de indeferimento da petição inicial.....	434
21.4.3. Paralisação do processo por mais de um ano	434
21.4.4. Abandono do processo pelo autor	435
21.4.5. Perempção.....	436
21.4.6. Convenção arbitral.....	436
21.4.7. Desistência da ação.....	437
21.4.8. Morte da parte e ação intransmissível.....	438
21.4.9. A (relativa) estabilidade da sentença terminativa	439
21.5. Sentenças de mérito	439
21.5.1. Sentença de acolhimento ou rejeição do pedido	440
21.5.2. Sentenças de “homologação” de atos de disposição de vontade.....	440
21.5.3. Prescrição e decadência	441
21.6. Primazia da resolução de mérito.....	443
21.7. Consideração de fatos novos na sentença	444
21.8. Decisão interlocutória com conteúdo dos arts. 485 ou 487	445

21.9. Elementos	445
21.9.1. Relatório.....	445
21.9.2. Motivação	446
21.9.3. Dispositivo	448
21.9.4. Interpretação da sentença	449
21.10. Efeitos da sentença.....	449
21.10.1. Efeitos principais	449
21.10.2. Efeitos anexos	451
21.10.3. Efeitos secundários.....	451
21.11. Ordem cronológica de conclusão.....	452
21.12. Vícios da sentença – Princípio da congruência	453
CAPÍTULO 22 – REMESSA NECESSÁRIA	469
22.1. Noções gerais.....	469
22.2. Denominação do instituto	470
22.3. Natureza jurídica	471
22.4. Hipóteses de cabimento	471
22.4.1. Sentenças contrárias à Fazenda Pública.....	471
22.4.2. Exceções.....	472
22.4.3. A inexistência do recurso – O conhecimento e a extensão do recurso	472
22.4.4. O reexame necessário na ação monitória.....	473
22.4.5. Duas hipóteses ainda controvertidas quanto ao cabimento da remessa necessária.....	473
22.4.6. Ações de competência originária dos Tribunais: ausência de reexame.....	475
22.4.7. Previsões de remessa necessária em leis esparsas.....	475
22.5. Processamento	475
22.6. A vedação da reforma para pior	476
SEXTA PARTE	
RECURSOS	
CAPÍTULO 23 – TEORIA GERAL DOS RECURSOS	485
23.1. Conceito e natureza jurídica	485
23.2. Recurso, duplo exame e duplo grau.....	487
23.3. Espécies recursais	490
23.4. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	491
23.5. Pressupostos de admissibilidade recursal	492
23.5.1. Cabimento – A fungibilidade recursal	493

23.5.2. Legitimidade recursal.....	494
23.5.3. Interesse recursal.....	496
23.5.4. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer	498
23.5.5. Tempestividade	500
23.5.6. Regularidade formal	502
23.5.7. Preparo.....	503
23.6. Dever de prevenção recursal	505
23.7. Competência para o juízo de admissibilidade e o juízo de mérito	508
23.8. Efeitos	509
23.8.1. Efeito devolutivo	509
23.8.2. Efeito suspensivo	512
23.9. Classificação	513
23.9.1. Recursos ordinários e extraordinários	513
23.9.2. Recursos de fundamentação livre e recursos de fundamentação vinculada.....	514
23.10. Desistência do recurso	514
CAPÍTULO 24 – APELAÇÃO.....	535
24.1. Noção.....	535
24.2. Objeto: sentença e questões decididas por interlocutórias não agraváveis.....	536
24.3. Legitimidade e interesse recursal	537
24.4. Os vícios (erros) impugnáveis e o modo de corrigi-los.....	538
24.5. Interposição	539
24.6. Juízo de retratação	540
24.7. Conteúdo	540
24.8. Efeitos	541
24.8.1. Efeito devolutivo	541
24.8.2. Efeito suspensivo <i>ope legis</i> , em regra	545
24.9. Processamento em primeiro grau	546
24.10. Processamento em segundo grau	546
CAPÍTULO 25 – AGRAVO DE INSTRUMENTO	561
25.1. Noções gerais – Cabimento.....	561
25.2. Prazo e modo de interposição	568
25.3. Providências em primeiro grau de jurisdição.....	569
25.3.1. Juntada de cópia do agravo pelo recorrente	569
25.3.2. Juízo de retratação.....	570
25.4. Procedimento em segundo grau de jurisdição	570
25.5. Efeito suspensivo e ativo.....	572

CAPÍTULO 26 – AGRAVO INTERNO	587
26.1. Noções gerais	587
26.2. Objeto	588
26.3. Procedimento.....	589
26.4. Efeitos	591
26.5. Fundamentação do acórdão.....	591
26.6. Manifesta inadmissibilidade ou improcedência e multa	591
26.7. Fungibilidade.....	592
26.8. Uniformização do prazo.....	592
 CAPÍTULO 27 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	 603
27.1. Noções gerais	603
27.2. Objeto	604
27.3. Funções	604
27.3.1. Esclarecimento da decisão	605
27.3.2. Suprimento de omissão	605
27.3.3. Correção de erro material.....	606
27.4. Embargos declaratórios e caráter infringente.....	607
27.4.1. Efeito infringente como consequência do normal emprego dos embargos	607
27.4.2. O caráter puramente infringente	607
27.4.3. Caráter infringente e contraditório.....	608
27.4.4. Modificação da decisão e recurso subsequente	608
27.5. Embargos e prequestionamento.....	609
27.6. Procedimento.....	610
27.7. Efeitos	610
27.7.1. Efeito devolutivo	610
27.7.2. Efeito interruptivo de prazos recursais	611
27.7.3. Ausência de automático efeito suspensivo.....	611
27.7.4. Os embargos declaratórios nos Juizados Especiais	612
27.8. Embargos protelatórios.....	613
 CAPÍTULO 28 – RECURSO ORDINÁRIO	 623
28.1. Noções gerais	623
28.2. Hipóteses de cabimento	624
28.3. Competência.....	626
28.4. Os demais pressupostos de admissibilidade recursal	626
28.5. Procedimento.....	626
28.6. Efeitos	628

CAPÍTULO 29 – RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL.....	633
29.1. Noções gerais acerca dos recursos extraordinários <i>lato sensu</i>	633
29.2. Cabimento	635
29.2.1. Recurso extraordinário.....	636
29.2.2. Recurso especial	637
29.3. Repercussão geral no recurso extraordinário.....	639
29.4. Prequestionamento	641
29.5. Procedimento.....	644
29.6. Fungibilidade e dever de prevenção.....	648
29.7. Efeitos	649
29.7.1. Ausência de efeito suspensivo, em regra.....	649
29.7.2. Efeito devolutivo	650
29.8. Agravo em recurso especial ou extraordinário.....	651
29.9. Embargos de divergência	653
29.9.1. Cabimento	653
29.9.2. A comprovação e aferição da divergência	654
29.9.3. Procedimento conforme as regras regimentais.....	654
29.9.4. Interrupção do prazo para recurso extraordinário	654
 CAPÍTULO 30 – PROCEDIMENTO DE RECURSOS REPETITIVOS	 677
30.1. Noções gerais – “Julgamento por amostragem”	677
30.2. “Recursos-amostra”	679
30.3. Decisão de afetação	680
30.4. Os efeitos da instauração do procedimento	681
30.5. Distinção.....	682
30.6. Processamento no Tribunal Superior e julgamento	683
30.7. Efeitos	684
30.7.1. Efeitos conforme grau de jurisdição e fase do processo	684
30.7.2. A incidência dos efeitos sobre atividades reguladas	686
30.7.3. Força vinculante “média”	686
30.7.4. Força vinculante em sentido estrito: cabimento de reclamação.....	687
30.7.5. Modulação dos efeitos.....	687
30.8. Desistência.....	688
30.8.1. Desistência nas ações atingidas pela decisão-quadro	688
30.8.2. Desistência do recurso-amostra.....	688
 CAPÍTULO 31 – RECURSO ADESIVO	 699
31.1. Noções gerais.....	699
31.2. Recursos que comportam a adesividade	700

31.3. Procedimento.....	701
31.4. Regime jurídico e juízo de admissibilidade.....	702
31.5. Recurso adesivo a recurso adesivo	702

SÉTIMA PARTE

OUTROS PROCESSOS E INCIDENTES NOS TRIBUNAIS

CAPÍTULO 32 – CONFLITO DE COMPETÊNCIA	709
32.1. Noções gerais	709
32.2. Natureza jurídica	710
32.3. Legitimidade	710
32.4. Competência.....	710
32.5. Procedimento.....	711
32.6. Efeitos	712
32.7. O falso conflito de competência entre tribunal arbitral e juiz estatal.....	712
CAPÍTULO 33 – HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA	719
33.1. Noções gerais	719
33.2. Natureza jurídica	721
33.3. Requisitos	721
33.4. Legislação aplicável.....	723
33.5. Eficácia nacional	723
33.6. Procedimento.....	723
33.7. Execução fiscal.....	725
33.8. Sentença estrangeira de divórcio.....	725
33.9. Medidas de urgência	725
33.10. Cumprimento	725

OITAVA PARTE

PRECEDENTES JUDICIAIS E MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS REITERADOS

CAPÍTULO 34 – PRECEDENTES JUDICIAIS.....	735
34.1. Noções gerais	735
34.2. Força vinculante	737
34.2.1. Vinculação padrão.....	738
34.2.2. Vinculação média	739
34.2.3. Vinculação forte (força vinculante em sentido estrito)	740

34.3. A força vinculante no processo civil brasileiro	740
34.3.1. Decisões com força vinculante previstas na Constituição	740
34.3.2. A disciplina do CPC	741
34.4. Uniformização da jurisprudência	741
34.5. Estabilidade, integridade e coerência.....	742
34.6. Modificação de entendimento sedimentado (superação)	745
34.7. Publicidade	746
34.8. Método de formação	746
34.9. Distinção de fatos (<i>distinguishing</i>): Consideração de novas questões jurídicas	747
CAPÍTULO 35 – INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA	761
35.1. Noções gerais	761
35.2. Pressupostos	762
35.3. Legitimidade	763
35.4. Competência.....	764
35.5. Procedimento.....	764
35.6. Efeitos	764
CAPÍTULO 36 – INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR)	771
36.1. Noções gerais.....	771
36.2. Função	773
36.3. Pressupostos objetivos	773
36.4. Limites temporais	774
36.5. Órgãos competentes.....	775
36.6. Legitimados	775
36.7. Princípios vetores do incidente procedimental.....	776
36.8. O caráter objetivo do incidente.....	777
36.8.1. Força vinculante.....	777
36.8.2. Desistência da ação ou recurso-amostra não interrompe o incidente	777
36.8.3. A coexistência de juízos sobre a questão repetitiva e sobre o caso específico que serve de amostra	778
36.9. Contraditório	778
36.10. Instrução.....	779
36.11. Eficácia suspensiva da instauração do incidente.....	780
36.11.1. Extensão a todo território nacional	780
36.11.2. Meio de controle da distinção.....	781
36.11.3. Tutela de urgência durante a suspensão.....	781

36.11.4. Duração da suspensão	782
36.12. Recorribilidade da decisão do incidente	782
36.12.1. Presença da repercussão geral.....	782
36.12.2. Submissão do recurso especial ou extraordinário ao procedi- mento de repetitivos	782
36.12.3. Eficácia suspensiva	783
36.12.4. Legitimidade recursal	783
36.13. Possibilidade de revisão da tese jurídica	783
36.13.1. Fundamentos da revisão.....	783
36.13.2. Legitimidade para o pedido de revisão	784
36.13.3. Contraditório, ampla publicidade e fundamentação.....	784
36.13.4. Modulação de efeitos.....	785
 CAPÍTULO 37 – SÚMULA VINCULANTE	 797
37.1. A previsão constitucional.....	797
37.2. Natureza jurídica	798
37.3. Matéria de cognição e objeto do processo objetivo da súmula vinculante	799
37.4. A disciplina infraconstitucional	801
37.5. As normas do Regimento Interno do STF e a garantia do contraditório	804
 CAPÍTULO 38 – INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE... ..	 815
38.1. Noções gerais	815
38.2. Natureza Jurídica	817
38.3. As hipóteses de instauração do incidente	817
38.4. Competência e quórum de declaração de inconstitucionalidade.....	819
38.5. Legitimidade	820
38.6. Procedimento.....	820
38.7. Intervenção de <i>amici curiae</i>	821
38.8. Recorribilidade	821
38.9. Questão constitucional repetitiva	822
 CAPÍTULO 39 – RECLAMAÇÃO	 829
39.1. Força vinculante e reclamação.....	829
39.2. Fundamentos, objeto e função da reclamação	830
39.3. Natureza jurídica	831
39.4. Autonomia da reclamação em face dos recursos judiciais e de outras medidas impugnativas	832
39.5. Legitimação ativa e passiva – Participação do Ministério Público	833
39.6. Competência	834

39.7. Cabimento de medida urgente.....	834
39.8. Limites à cognição jurisdicional	834
39.9. A decisão da reclamação: efeitos e autoridade	835
39.10. Recursos.....	836

NONA PARTE

COISA JULGADA E SUA REVISÃO

CAPÍTULO 40 – COISA JULGADA.....	845
40.1. Conceito de coisa julgada material	846
40.1.1. Âmbito de incidência	846
40.1.2. Trânsito em julgado.....	846
40.1.3. Coisa julgada e efeitos da sentença.....	847
40.1.4. Coisa julgada e cognição superficial	847
40.2. Coisa julgada formal e coisa julgada material.....	848
40.3. Coisa julgada e Constituição	848
40.4. Coisa julgada e ordem pública – Negócio processual	849
40.5. Limites objetivos da coisa julgada.....	850
40.5.1. Objeto do processo (pedido e causa de pedir)	850
40.5.2. Objeto idêntico ou incompatível.....	851
40.5.3. Limitação ao dispositivo sentencial	851
40.5.4. Questões prejudiciais e coisa julgada	852
40.5.4.1. Coisa julgada da resolução de questões prejudiciais	853
40.5.4.2. Extinção da ação declaratória incidental, no CPC/2015, como figura geral.....	854
40.5.4.3. Pressuposto necessário para o julgamento da lide... ..	854
40.5.4.4. Contraditório prévio e questão prejudicial	856
40.5.4.5. Contraditório efetivo e questão prejudicial.....	856
40.5.4.6. Revelia e não formação da questão prejudicial.....	856
40.5.4.7. Cognição plena e questão prejudicial.....	857
40.5.4.8. Competência absoluta para a questão prejudicial... ..	857
40.5.4.9. Litisconsórcio necessário para a questão prejudicial.....	857
40.5.4.10. Decisão expressa sobre a questão prejudicial.....	858
40.5.4.11. Desnecessidade de inserção formal no comando	858
40.6. Ainda os limites objetivos da coisa julgada: os limites temporais	858
40.6.1. Momento em relação ao qual a coisa julgada opera	858
40.6.2. Relações jurídicas continuativas.....	859
40.7. Eficácia preclusiva da coisa julgada	861
40.8. Limites subjetivos da coisa julgada	862

40.8.1.	Limites subjetivos e garantias constitucionais.....	862
40.8.2.	Extensão dos efeitos a terceiros	862
40.8.3.	Terceiros titulares de direitos comuns ou de direitos ou ações concorrentes.....	862
40.8.4.	Substituição processual e coisa julgada	864
40.8.5.	Terceiros intervenientes e coisa julgada.....	864
40.9.	Eficácia negativa e eficácia positiva da coisa julgada	864
40.10.	A “relativização” da coisa julgada	865
CAPÍTULO 41 – AÇÃO RESCISÓRIA.....		881
41.1.	Conceito e natureza jurídica	882
41.2.	Objeto	883
41.2.1.	Sentenças, interlocutórias de mérito e acórdãos	883
41.2.2.	Desnecessidade de exaurimento recursal.....	883
41.2.3.	Ações principais ou incidentais – Procedimento comum ou especial – Exceções	883
41.2.4.	Rescisória parcial.....	884
41.2.5.	Rescisória de rescisória.....	884
41.2.6.	Decisões revestidas de coisa julgada material	884
41.2.7.	O art. 966, § 2.º	884
41.2.8.	Decisões juridicamente inexistentes ou absolutamente ineficazes.....	886
41.3.	Hipóteses de cabimento	887
41.3.1.	Concussão, prevaricação e corrupção do juiz	887
41.3.2.	Impedimento do juiz – Incompetência absoluta do juízo	888
41.3.3.	Defeito na conduta das partes.....	889
41.3.3.1.	Dolo ou coação do vencedor	889
41.3.3.2.	Colusão entre as partes.....	889
41.3.4.	Violação à coisa julgada.....	890
41.3.5.	Violação manifesta de norma jurídica.....	891
41.3.6.	Falsidade da prova.....	893
41.3.7.	Prova nova.....	894
41.3.8.	Erro de fato	894
41.4.	Atos de disposição de direitos homologados em juízo.....	895
41.5.	Competência.....	896
41.5.1.	O critério para definição de competência	896
41.5.2.	A emenda da inicial e a correção de competência	897
41.6.	Legitimidade ativa.....	898
41.7.	Peculiaridades processuais e procedimentais.....	899
41.7.1.	Caução prévia e multa	899
41.7.2.	Ausência de eficácia suspensiva.....	899

41.7.3. Indeferimento ou improcedência liminares	900
41.7.4. Prazo para contestação	900
41.7.5. Ausência do efeito principal da revelia	900
41.7.6. Instrução probatória	901
41.7.7. Razões finais	901
41.7.8. Mudança de órgão julgador em caso de divergência	901
41.7.9. Juízo rescindente e juízo rescisório	902
41.8. Prazo para ajuizamento	902

DÉCIMA PARTE

COGNIÇÃO SUMÁRIA NO PROCEDIMENTO COMUM

CAPÍTULO 42 – TUTELA PROVISÓRIA	919
42.1. Fundamentos constitucionais da tutela provisória	920
42.2. Panorama da tutela provisória no CPC/2015	921
42.2.1. Tutela de urgência e tutela de evidência	921
42.2.2. Tutela de urgência cautelar e antecipada	922
42.2.3. Tutela de urgência incidental e antecedente	922
42.2.4. Eliminação da duplicidade de processos	922
42.2.5. O ônus da formulação do pedido principal	923
42.2.6. Estabilização da tutela antecipada	923
42.3. Atividade jurisdicional urgente	924
42.4. A unificação de regime das medidas de urgência incidentais	924
42.4.1. Características comuns	925
42.4.2. Diferença quantitativa	925
42.4.3. Direito autônomo à proteção urgente	926
42.4.4. Decorrências práticas	929
42.5. Os limites da unidade de regime das medidas urgentes	930
42.6. Normas gerais da tutela provisória	931
42.6.1. Momento de concessão	931
42.6.2. Modalidades processuais que comportam tutela provisória ...	932
42.6.3. Competência	932
42.6.4. Impossibilidade de concessão de ofício – Legitimação	933
42.6.5. Reversibilidade	934
42.6.6. Mutabilidade e revogabilidade	935
42.6.7. Fundamentação da decisão	936
42.6.8. Impugnabilidade	937
42.6.9. Execução	937
42.6.10. Cessação de eficácia	938
42.6.11. Proibição de repetição – Inatingibilidade do pedido principal ...	939
42.6.12. Responsabilidade objetiva	940

42.7.	Normas gerais da tutela urgente	941
42.7.1.	Pressupostos.....	941
42.7.1.1.	Probabilidade do direito	942
42.7.1.2.	Perigo na demora ou perigo de danos irreparáveis ou de difícil reparação	943
42.7.1.3.	Ausência de gradação abstrata entre os requisitos para a tutela urgente.....	944
42.7.1.4.	Balanceamento	945
42.7.2.	Caução	945
42.7.3.	Modalidades de tutela urgente.....	945
42.8.	Tutela cautelar antecedente.....	947
42.8.1.	Petição inicial.....	947
42.8.2.	Concessão liminar ou mediante justificação prévia	947
42.8.3.	Fungibilidade	948
42.8.4.	Defesa do réu e rumos do procedimento	948
42.8.5.	Ônus de formulação do pedido principal	949
42.8.6.	Formulação e processamento do pedido principal	949
42.9.	Tutela antecipada antecedente – Estabilização.....	950
42.9.1.	Petição inicial.....	950
42.9.2.	Concessão liminar ou mediante justificação prévia	950
42.9.3.	Fungibilidade	951
42.9.4.	Citação do réu e prazo de defesa	951
42.9.5.	Ônus de formulação do pedido principal	951
42.9.6.	Processamento do pedido principal.....	952
42.9.7.	Estabilização da tutela antecipada	952
42.9.7.1.	Técnica monitória	953
42.9.7.2.	Limites à estabilização.....	953
42.9.7.3.	Estabilização, efeitos práticos, declaração e (des) constituição	955
42.9.7.4.	Alcance objetivo e subjetivo da estabilização	956
42.9.7.5.	Ausência de coisa julgada material.....	957
42.9.7.6.	Ação de revisão e outras ações de cognição exauriente: legitimidade e interesse	957
42.9.7.7.	Prazo decadencial da ação de revisão	958
42.10.	Tutela da evidência.....	959
42.10.1.	Hipóteses de cabimento.....	959
42.10.2.	Regime jurídico	961
42.11.	Limites à tutela provisória	961
OUTRAS OBRAS DOS AUTORES		975
LUIZ RODRIGUES WAMBIER.....		975
EDUARDO TALAMINI		976

LUIZ RODRIGUES WAMBIER
EDUARDO TALAMINI

CURSO AVANÇADO DE PROCESSO CIVIL

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E
JUIZADOS ESPECIAIS



19ª edição

Revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Luízenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiários: Ana Carolina Francisco, Francisco Prado e Marco Antonio Fonseca

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Carina Baptista, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Beatriz Hammond, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

Capa: Chrisley Figueiredo

Adaptação capa: Linotec

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Visual Law: Amanda Juvêncio, Bárbara Baraldi, Emanuel Silva, Lucas Kfourri, Rafael Cattai, Vanessa Mafra e Victória Menezes Pereira

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

1176999

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Wambier, Luiz Rodrigues
Curso Avançado de Processo Civil: Procedimentos Especiais e Juizados Especiais, Volume 4 / Luiz Rodrigues Wambier, Eduardo Talamini. -- 19. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5991-028-1

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Talamini, Eduardo. II. Título.
22-114129 CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil ; Processo civil 347.9(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

SOBRE O MÉTODO E CONTEÚDO DESTE CURSO	7
APRESENTAÇÃO DA 19. ^a EDIÇÃO	9
APRESENTAÇÃO DA 16. ^a EDIÇÃO	11

PARTE I PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO.....	29
1.1. Procedimento comum e procedimentos especiais	29
1.2. Cognição e execução.....	29
1.3. Procedimentos especiais previstos no Código e em legislação esparsa	30
1.4. A sistematização adotada pelo Código.....	30
1.5. As razões da existência de procedimentos especiais	31
1.6. O procedimento comum e as técnicas diferenciadas dos procedimentos especiais.....	33
1.7. O procedimento nos Juizados Especiais	33
CAPÍTULO 2. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	37
2.1. Função	37
2.1.1. Hipóteses gerais de cabimento	38
2.1.2. Aplicabilidade ao “resgate” da enfiteuse	38
2.1.3. Aplicabilidade às obrigações específicas	39
2.2. Legitimidade ativa.....	39
2.3. Legitimidade passiva.....	39
2.4. Competência	39
2.5. Depósito bancário	40
2.6. Prestações sucessivas	41
2.7. Procedimento.....	42
2.7.1. Propositura	42
2.7.2. Resposta do réu – Os possíveis conteúdos da contestação	43
2.7.3. Julgamento antecipado e produção probatória	44
2.7.4. Dúvida quanto a quem pagar	44
2.7.5. Insuficiência do depósito	45
2.8. Sentença.....	46

CAPÍTULO 3. AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....	57
3.1. Finalidade.....	57
3.2. Ação incidental e ação principal.....	58
3.2.1. Ação incidental.....	58
3.2.2. Ação principal.....	59
3.3. Estrutura bifásica do processo.....	59
3.4. Propositura da demanda.....	59
3.5. Possíveis condutas do réu e suas consequências no processo.....	60
3.5.1. Apresentar as contas.....	60
3.5.1.1. Forma da conta.....	60
3.5.1.2. Ausência de impugnação da conta apresentada.....	61
3.5.1.3. Impugnação da conta.....	61
3.5.1.4. Julgamento.....	61
3.5.2. Permanecer inerte.....	61
3.5.2.1. Conteúdo, natureza e recorribilidade da decisão proferida.....	62
3.5.2.2. Cumprimento da condenação pelo réu.....	63
3.5.2.3. Descumprimento da condenação.....	63
3.5.3. Apresentar as contas e contestar.....	64
3.5.4. Contestar, negando a obrigação de prestar contas.....	64
3.5.4.1. Julgamento de procedência.....	65
3.5.4.2. Julgamento de improcedência.....	65
3.6. Sentença.....	65
CAPÍTULO 4. AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	73
4.1. Regime geral.....	73
4.1.1. Ações possessórias: conceito e função.....	73
4.1.2. Ações possessórias e ações petitórias.....	74
4.1.3. Ebulho, turbação e ameaça.....	76
4.1.4. Fungibilidade das ações possessórias.....	76
4.1.5. Cumulação de pedidos.....	77
4.1.6. Caráter supostamente “dúplice” das ações possessórias.....	77
4.1.7. Caráter executivo <i>lato sensu</i> e mandamental das ações possessórias.....	78
4.1.8. Ações de “força nova” e de “força velha”.....	79
4.1.9. Caução.....	80
4.2. Manutenção e reintegração.....	80
4.2.1. Propositura.....	80
4.2.2. Justificação.....	81
4.2.3. Liminar.....	81
4.2.4. Peculiaridades na citação e atos correlatos.....	82

SUMÁRIO

17

4.2.5.	Continuidade do procedimento.....	83
4.2.6.	Sentença.....	83
4.3.	Interdito proibitório.....	84
4.4.	Litígios possessórios coletivos.....	85
4.4.1.	Premissas.....	85
4.4.2.	O processo legislativo.....	85
4.4.3.	Providências prévias ao exame do pedido de antecipação de tutela.....	86
4.4.4.	A efetivação da tutela antecipada.....	86
4.4.5.	Âmbito de incidência.....	87
CAPÍTULO 5. AÇÃO DE DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES		101
5.1.	Aspectos gerais.....	101
5.1.1.	A extensão do direito de propriedade.....	101
5.1.2.	Ações distintas, mas cumuláveis.....	102
5.1.3.	Objeto remoto.....	102
5.1.4.	Ações não necessárias.....	102
5.2.	Ação de demarcação.....	103
5.2.1.	Função.....	103
5.2.2.	Legitimidade ativa e capacidade de estar em juízo.....	103
5.2.3.	Propositura.....	104
5.2.4.	Legitimidade passiva.....	104
5.2.5.	Cumulação de pedidos demarcatório e possessório.....	105
5.2.6.	Procedimento.....	105
5.2.7.	As duas sentenças.....	107
5.3.	Ação de divisão.....	108
5.3.1.	Função.....	108
5.3.2.	Legitimidade ativa e capacidade de estar em juízo.....	108
5.3.3.	Propositura e legitimidade passiva.....	109
5.3.4.	Procedimento.....	109
5.3.5.	As duas sentenças.....	110
CAPÍTULO 6. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....		119
6.1.	O direito material.....	119
6.2.	As regras no CPC.....	120
6.3.	Cabimento, conforme os tipos societários.....	120
6.4.	Possível cumulação de pedidos.....	121
6.5.	Legitimidade ativa.....	122
6.6.	Legitimidade passiva.....	123
6.7.	Caráter dúplice da apuração de haveres – A reconvenção excepcional.....	124
6.8.	A estrutura procedimental.....	124

6.9.	Petição inicial.....	125
6.10.	Citação e prazo para contestar.....	126
6.10.1.	Conteúdo da citação.....	126
6.10.2.	Forma da citação.....	126
6.10.3.	Prazo para contestar.....	126
6.10.4.	A possível dispensa de citação da sociedade.....	127
6.11.	Possíveis condutas dos réus, de acordo com os pedidos, e suas consequências... ..	128
6.11.1.	Ação de dissolução parcial, sem pedido de apuração de haveres (art. 599, III).....	128
6.11.2.	Ação de dissolução parcial de sociedade cumulada com apuração de haveres (art. 599, I e II).....	128
6.11.3.	Ação de apuração de haveres (art. 599, III).....	129
6.12.	A instrução do pedido de apuração de haveres.....	129
6.12.1.	A decisão judicial prévia à perícia.....	129
6.12.2.	Depósito judicial de valores incontroversos.....	130
6.12.3.	O perito e o procedimento pericial.....	130
6.12.4.	Eventual desnecessidade de perícia.....	130
6.12.5.	A determinação da data de resolução e dos critérios de apuração... ..	130
6.13.	O pronunciamento final.....	131
CAPÍTULO 7. INVENTÁRIO E PARTILHA.....		141
7.1.	Generalidades.....	141
7.2.	Natureza.....	142
7.3.	O inventariante.....	142
7.4.	Procedimento.....	144
7.4.1.	Propositura. Legitimidade ativa.....	144
7.4.2.	Nomeação, compromisso do inventariante e as primeiras declarações.....	145
7.5.	As citações e impugnações.....	146
7.5.1.	Avaliação e cálculo do imposto.....	147
7.5.1.1.	A avaliação.....	147
7.5.1.2.	As últimas declarações.....	147
7.5.1.3.	O cálculo do imposto.....	148
7.5.2.	Colações.....	148
7.5.3.	Pagamento das dívidas.....	148
7.5.4.	Partilha.....	149
7.5.5.	Sentença.....	150
7.6.	Arrolamento.....	151
7.7.	Arrolamento comum (ou simples).....	151
7.8.	Sobrepartilha.....	152
7.9.	Cumulação de inventários.....	152
7.10.	Arrolamento extrajudicial.....	152

CAPÍTULO 8. OPOSIÇÃO	165
8.1. Noção geral	165
8.2. Características da oposição	166
8.2.1. Unidade procedimental e decisória	166
8.2.2. Prejudicialidade	166
8.2.3. Facultatividade (ônus imperfeito)	167
8.3. Pressupostos	167
8.3.1. Litispendência	167
8.3.2. Pretensão excludente	167
8.3.3. Competência absoluta	167
8.3.4. Inexistência de sentença na ação principal	168
8.3.5. Pressupostos gerais de admissibilidade	168
8.4. O litisconsórcio entre os opostos	168
8.5. Momento de propositura e regime jurídico	169
8.6. Citação e reação dos opostos	169
8.7. Decisão final da oposição	170
CAPÍTULO 9. HABILITAÇÃO	175
9.1. Noção	175
9.2. Natureza	176
9.3. Legitimidade	176
9.4. Procedimento	176
9.5. Decisão	177
CAPÍTULO 10. AÇÕES DE FAMÍLIA	185
10.1. Introdução	185
10.2. Traços fundamentais	186
10.3. Tutela provisória	186
10.4. Citação	186
10.4.1. Finalidade imediata	186
10.4.2. Antecedência	186
10.4.3. Citação pessoal	187
10.4.4. Mandado desacompanhado da petição inicial	187
10.5. Audiência de mediação e conciliação	188
10.5.1. Obrigatoriedade da audiência	188
10.5.2. Presença das partes e defesa técnica	188
10.5.3. Interdisciplinaridade	189
10.5.4. Pluralidade de sessões	189
10.6. Emprego incidental de mecanismo de composição extrajudicial	189
10.7. Limites da participação do Ministério Público	190
10.8. Participação de especialista na oitiva de menor	190
10.9. Observância do procedimento comum	191

20	CURSO AVANÇADO DE PROCESSO CIVIL	
CAPÍTULO 11. AÇÃO MONITÓRIA.....		197
11.1. Noções gerais.....		197
11.2. Função do processo monitorio.....		198
11.3. Pretensões que podem ser objeto da ação monitoria.....		199
11.4. A prova escrita sem eficácia de título executivo.....		199
11.5. Elementos que a inicial deve conter.....		201
11.6. Decisão que indefere a expedição de mandado de cumprimento.....		202
11.7. Consequência da não interposição de embargos ao mandado.....		202
11.8. Citação por edital e por hora certa no processo monitorio.....		203
11.9. Embargos à ação monitoria (ou embargos ao mandado).....		205
11.9.1. Natureza jurídica.....		205
11.9.2. Prazo.....		205
11.9.3. Matérias alegáveis.....		206
11.9.4. Alegação de excesso na quantia pretendida.....		206
11.9.5. Autuação em apartado dos embargos parciais.....		206
11.9.6. Resposta aos embargos.....		207
11.9.7. Cabimento de reconvenção.....		207
11.9.8. Cabimento de intervenção de terceiros.....		207
11.9.9. Ônus da prova.....		207
11.9.10. Sentença dos embargos à ação monitoria.....		208
11.9.11. Multa ao litigante de má-fé.....		208
11.10. Fase executiva.....		209
11.10.1. Aplicação do regime do cumprimento de sentença.....		209
11.10.2. Impugnação ao cumprimento.....		209
11.11. Ação monitoria e a Fazenda Pública.....		210
11.12. Emprego da tutela provisória dentro do processo monitorio.....		211
CAPÍTULO 12. HOMOLOGAÇÃO DE PENHOR LEGAL.....		225
12.1. Noção.....		225
12.2. Objeto e destino do penhor legal.....		226
12.3. Natureza.....		227
12.4. Demanda e defesa – Cognição sumária.....		227
12.5. Procedimento comum.....		228
12.6. Tutela antecipada.....		228
12.7. Homologação extrajudicial do penhor legal.....		229
12.8. Sentença.....		229
CAPÍTULO 13. DA AÇÃO DE REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA.....		235
13.1. Introdução.....		235
13.2. Natureza jurídica.....		236
13.3. Cabimento.....		236

SUMÁRIO

21

13.4.	Competência.....	237
13.5.	Legitimidade – O caráter dúplice da ação	237
13.6.	Procedimento.....	237
13.6.1.	Petição inicial e citação.....	237
13.6.2.	O regulador	238
13.6.3.	As providências iniciais do regulador	238
13.6.4.	A manifestação das partes – Recorribilidade	239
13.6.5.	A prestação das garantias.....	239
13.6.6.	A elaboração do regulamento – Contraditório	239
13.7.	Sentença.....	239
CAPÍTULO 14. RESTAURAÇÃO DE AUTOS		245
14.1.	Noção.....	245
14.2.	Natureza.....	246
14.3.	Ampla admissibilidade probatória	246
14.4.	Legitimidade ativa e passiva – A iniciativa da restauração.....	246
14.5.	Possíveis condutas do réu.....	247
14.6.	Espécies de restauração de autos (conforme o momento processual do desaparecimento dos autos).....	247
14.7.	O resultado da restauração de autos	248
14.8.	Desaparecimento de autos em segundo grau de jurisdição.....	248
CAPÍTULO 15. NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO.....		253
15.1.	Noção – Finalidade	253
15.2.	Natureza.....	254
15.3.	A petição inicial	255
15.4.	Em regra, ausência de oportunidade de defesa	255
15.5.	Hipóteses de efetivação da medida por edital	255
15.6.	O protesto contra alienação de bens	256
15.6.1.	A mera notificação.....	256
15.6.2.	A publicação de editais.....	256
15.6.3.	O registro do protesto contra alienação de bens: submissão ao regime geral da tutela provisória.....	258
15.7.	Procedimento – Sentença.....	259
15.8.	Não estabelecimento de prevenção.....	259
CAPÍTULO 16. ALIENAÇÕES JUDICIAIS		265
16.1.	Natureza e hipóteses de cabimento.....	265
16.2.	Remissão às normas gerais da jurisdição voluntária e aplicação subsidiária das regras da alienação executiva	266
16.3.	Alienação incidental e alienação autônoma.....	266
16.4.	Emprego do leilão ou outras modalidades de alienação.....	267

16.5. Contraditório	267
16.6. Avaliação	267
16.7. Publicidade prévia	268
CAPÍTULO 17. DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO CONSENSUAIS. EXTINÇÃO CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL. ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS DO MATRIMÔNIO	273
17.1. Introdução	273
17.2. Divórcio e separação consensuais. Extinção consensual de união estável	274
17.2.1. Propositura	274
17.2.2. Desnecessidade de audiência pessoal	275
17.2.3. Recusa de homologação para a preservação de interesse de menor	275
17.2.4. Ausência de consenso quanto à partilha	276
17.2.5. Estabilidade da homologação da partilha	276
17.3. Procedimento extrajudicial	276
17.4. Alteração do regime de bens do matrimônio	277
17.4.1. Requerimento	277
17.4.2. Intimação do Ministério Público	277
17.4.3. Publicação de edital	277
17.4.4. Sentença	277
17.4.5. Averbação	277
CAPÍTULO 18. TESTAMENTOS E CODICILOS	285
18.1. Introdução	285
18.2. Limites do objeto processual e da cognição judicial	285
18.3. Procedimento, conforme as diferentes modalidades de testamento	286
18.3.1. Testamento cerrado	286
18.3.2. Testamento público	286
18.3.3. Testamento particular	287
18.3.4. Testamento marítimo, aeronáutico, militar ou nuncupativo e codicilo	288
18.4. Execução do testamento	288
CAPÍTULO 19. HERANÇA JACENTE	295
19.1. Função e modo de instauração	295
19.2. Duração e destino dos bens	296
19.3. Procedimento	296
19.4. As funções do curador	297
19.5. Encerramento	297
CAPÍTULO 20. BENS DOS AUSENTES	303
20.1. Função	303

SUMÁRIO

23

20.2. Instauração	303
20.3. Arrecadação dos bens.....	303
20.4. Excepcional possibilidade de alienação dos bens do ausente	304
20.5. Procura do ausente e sucessão provisória.....	304
20.6. Possíveis desfechos da sucessão provisória.....	305
CAPÍTULO 21. COISAS VAGAS	311
21.1. Função.....	311
21.2. Publicação de editais.....	311
21.3. Destino da coisa.....	312
CAPÍTULO 22. INTERDIÇÃO.....	317
22.1. Noção.....	317
22.2. Legitimidade.....	317
22.3. Petição inicial.....	318
22.4. Tutela antecipada	319
22.5. Entrevista do interditando	319
22.6. Contraditório.....	320
22.7. Prova pericial	321
22.8. Eventual audiência de instrução e julgamento	322
22.9. Sentença.....	322
22.9.1. Nomeação de curador.....	322
22.9.2. Indicação dos limites da curatela.....	323
22.9.3. Publicidade da sentença	323
22.9.4. Eficácia principal.....	324
22.9.5. Recurso.....	324
22.9.6. Eficácia imediata.....	324
22.10. Cessação da interdição.....	324
22.11. Tomada de decisão apoiada.....	325
CAPÍTULO 23. ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES	333
23.1. Noção geral	333
23.2. Aprovação ou elaboração de estatuto.....	333
23.3. Ação de suprimimento.....	334
23.4. Iniciativa	334
23.5. Alteração do estatuto	335
23.6. Extinção.....	335
CAPÍTULO 24. DA RATIFICAÇÃO DOS PROTESTOS MARÍTIMOS E DOS PROCESSOS TESTEMUNHÁVEIS FORMADOS A BORDO.....	341
24.1. Introdução	341
24.2. Natureza.....	342

24.3.	Momento de realização	342
24.4.	Legitimidade	343
24.5.	Competência	343
24.6.	Petição inicial	343
24.7.	Procedimento	344
24.8.	Sentença: efeitos	344
CAPÍTULO 25. PROCEDIMENTO PADRÃO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA		349
25.1.	Introdução	349
25.2.	Contraditório. Eventuais participações do Ministério Público e da Fazenda Pública	350
25.2.1.	Instauração do procedimento	350
25.2.2.	Citação dos interessados	351
25.2.3.	Participação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica	351
25.2.4.	Eventual intimação da Fazenda Pública	351
25.3.	Instrução processual	351
25.4.	Sentença	352
25.4.1.	Conteúdo e eficácia	352
25.4.2.	Adoção da solução “mais conveniente e oportuna”	352
25.4.3.	Recorribilidade	353
25.4.4.	Estabilidade	353

PARTE II

PROCESSO NOS JUIZADOS ESPECIAIS

CAPÍTULO 26. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ESTADUAIS		361
26.1.	Introdução	361
26.2.	A relação entre a Lei 9.099/1995 e o Código de Processo Civil	362
26.3.	Princípios	362
26.4.	Competência	363
26.4.1.	Causas de menor complexidade	363
26.4.2.	Hipóteses de competência de acordo com o valor da causa e com a matéria	364
26.4.3.	Competência opcional e relativa; incompetência absoluta	365
26.4.4.	Competência territorial	366
26.5.	O juiz e o juiz leigo	367
26.5.1.	Submissão do juiz togado ao regime geral da magistratura	367
26.5.2.	Ausência de julgamento por equidade	367
26.5.3.	O juiz leigo	367
26.6.	Capacidade de estar em juízo e capacidade postulatória	368
26.6.1.	Capacidade de estar em juízo	368
26.6.2.	Capacidade postulatória	369

SUMÁRIO

25

26.7.	Intervenção de terceiros e do Ministério Público.....	369
26.8.	Os atos processuais e o princípio da instrumentalidade das formas.....	370
26.9.	Procedimento (processo de conhecimento).....	371
26.9.1.	Pedido.....	371
26.9.2.	Citação e intimações.....	372
26.9.3.	Audiência de autocomposição.....	373
26.9.4.	Juízo arbitral.....	374
26.9.5.	A resposta do réu – O pedido contraposto (reconvenção).....	375
26.9.6.	Instrução.....	376
26.9.7.	Sentença.....	377
26.9.8.	Recursos.....	378
26.9.9.	Reclamação.....	380
26.9.10.	Ação rescisória: não cabimento.....	381
26.10.	Incidente de resolução de demandas repetitivas e julgamento de recursos extraordinários repetitivos.....	381
26.11.	Execução.....	382
26.11.1.	Execução de título judicial (cumprimento da sentença).....	382
26.11.2.	Execução de título extrajudicial.....	382
CAPÍTULO 27.	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS FEDERAIS.....	393
27.1.	Introdução.....	393
27.2.	Competência.....	394
27.2.1.	Competência pelo valor da causa e pela matéria.....	394
27.2.2.	Competência territorial.....	395
27.3.	Capacidade de estar em juízo e capacidade postulatória.....	395
27.3.1.	Capacidade de estar em juízo.....	395
27.3.2.	Capacidade postulatória.....	396
27.4.	Procedimento.....	396
27.4.1.	Limitação das prerrogativas da Fazenda.....	396
27.4.2.	Propositura da demanda.....	397
27.4.3.	Tutela provisória.....	397
27.4.4.	Citação do réu.....	397
27.4.5.	Disponibilização de documentos e resposta do réu.....	397
27.4.6.	Audiência de autocomposição e arbitragem incidental.....	398
27.4.7.	Audiência de instrução.....	398
27.4.8.	Prova pericial.....	399
27.4.9.	Intimações.....	399
27.4.10.	Sentença.....	400
27.4.11.	Recursos.....	400
27.5.	Pedido de uniformização da interpretação de lei federal.....	401
27.6.	Procedimentos de julgamento de casos repetitivos.....	401
27.7.	Cumprimento de sentença.....	401

CAPÍTULO 28. JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA.....	409
28.1. Introdução	409
28.2. Competência.....	410
28.2.1. Hipóteses de competência de acordo com a pessoa, o valor da causa e a matéria	410
28.2.2. Competência territorial	411
28.3. Capacidade de estar em juízo e capacidade postulatória	412
28.3.1. Capacidade de estar em juízo.....	412
28.3.2. Capacidade postulatória	412
28.4. Procedimento (processo de conhecimento).....	412
28.4.1. Limitação das prerrogativas da Fazenda.....	412
28.4.2. Disponibilização de documentos e resposta do réu.....	412
28.4.3. Audiência de autocomposição e audiência de instrução	413
28.4.4. Instrução – Perícia.....	413
28.4.5. Tutela provisória	413
28.4.6. Sentença	414
28.4.7. Recursos	414
28.4.8. Outras medidas impugnativas de decisões.....	415
28.4.9. Procedimentos de julgamento de casos repetitivos	415
28.5. Cumprimento de sentença.....	415
OUTRAS OBRAS DOS AUTORES	423